



Rede Brasileira Agroflorestal – REBRAF

Seminário Nacional sobre Políticas Públicas e Financiamento para o Desenvolvimento Agroflorestal no Brasil

Brasília, 18 a 20 de agosto de 2004

Grupo IV – CRÉDITO E SERVIÇOS AMBIENTAIS

Moderadora: Mariella Uzêda – Instituto BioAtlântica

Participantes:

Carlos Alberto Passos – UFMT

Raul C. Couto – FASE-PA

Carlos R. Azevedo – Fundação Rureco

Marcelo A. M. Vasconcelos - FANEP

Miguel Henrique P. Silva - ASSEMA

Raimundo Cajueiro Leandro - INPA-RO

RESUMO

- Apesar dos SAFs terem mérito reconhecido sobre os aspectos sócio-econômicos e ambientais, não possuem notoriedade, no cenário atual, quanto ao crédito, o que dificulta a adoção destes sistemas. O crédito se torna um empecilho apesar de reconhecermos os benefícios que os SAFs trazem.
- Formas diferenciadas de crédito para os SAFs por meio do reconhecimento dos seus serviços ambientais podem se constituir uma via para a sustentabilidade desses sistemas.
- Muitos dados produzidos sobre SAFs estão em linguagem pouco acessíveis devido à pequena interatividade entre os setores de pesquisa, extensão e produtores.

PRINCIPAIS ENTRAVES

1. O banco aceita financiamentos específicos para produtos e não para a unidade produtiva como um todo. Para viabilidade dos SAFs ou para planejamento sustentável de uma unidade produtiva é muito complicado propor o financiamento de uma única parcela, pois passa-se a ter uma contabilidade individualizada por parcela dentro de sua unidade produtiva. O ideal seria que o banco aceitasse o financiamento da unidade de produção familiar.
2. Não existem recomendações técnicas que sejam fundamentadas o suficiente, que tenham base em pesquisa e validação de experiência prática, as quais permitiriam uma aceitação por parte dos bancos, de técnicas e práticas ligadas aos SAFs. As recomendações técnicas vinculadas à aprovação de crédito vem dos centros de pesquisa, onde não há validação do conhecimento empírico.
3. Inexiste um intercâmbio, ou elo de interlocução entre o produtor - que possui o conhecimento empírico - e os centros acadêmicos que poderiam colaborar com a validação desse conhecimento.



4. Existe um problema de comunicação entre os gestores, a política de créditos e os agentes intermediários tais como bancos, ATER e pesquisa; e o crédito vinculado. Às vezes o crédito existe e os potenciais tomadores não ficam sabendo nem que existe, nem como funciona. Então existe um ruído na comunicação, uma interrupção na comunicação. As oportunidades podem existir, mas as pessoas não sabem como aproveitar ou sequer passam a conhecer destas oportunidades.

5. O crédito está vinculado a uma série de tecnologias as quais nem sempre o agricultor reconhece. Por exemplo, há produtores que “tomam” empréstimos, compram todos os agroquímicos e sequer os utiliza por não acreditar no método. No entanto, existe um compromisso com o banco, pois o mesmo acredita que a aquisição de tais produtos esteja associada com a redução de risco de produtividade, o que está vinculado a um conhecimento produzido exclusivamente por centros de pesquisa ou pela academia. .

6. Finalmente, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério de Integração Regional possuem políticas contraditórias em relação à produção familiar, ou seja, a tão falada transversalidade não ocorre de uma forma tão completa como gostaríamos.

OPORTUNIDADES

1. Hoje temos um cenário que se mostra positivo com respeito às oportunidades existentes para a atuação das políticas públicas. Com o surgimento do Proambiente, proposta surgida das bases produtivas se corrobora a compensação dos serviços ambientais, e isto está sendo discutido favoravelmente dentro do governo, inclusive para difusão ao nível nacional. Sua forma de funcionamento, partindo da organização de base, e do conhecimento empírico dos agricultores permite que hoje se crie um outro formato de crédito e também de remuneração por serviços ambientais, o que valida o conhecimento empírico fundamentada em comprovação científica na associação entre usos do solo e serviços ecossistêmicos.

2. Existe uma rede de experiências em SAFs desenvolvida com o envolvimento de diversos atores locais, e apoiado pelo FNMA consistente com prioridades governamentais. Essas redes ainda estão dispersas. O empenho da REBRAF vai permitir uma interlocução entre essas redes e a documentação de experiências em SAFs, o que pode fortalecer a aceitação de técnicas agroflorestais pelos órgãos de financiamento.

3. Apesar da transversalidade não ocorrer plenamente, há uma conjuntura política favorável. Ou seja, existe um foco na agricultura familiar e existem ações interministeriais que estão articuladas.

PROPOSTAS

1. Definição de um protocolo mínimo de princípios ou indicadores consensuais entre produtores e pesquisadores com referência à implantação e manutenção de SAFs, contemplando aspectos voltados a qualidade de vida, desempenho econômico e serviços ambientais – A intenção é promover o



encontro de pessoas que já trabalham com este tipo de interlocução. As experiências já existem; não estamos partindo do zero. Assim, poderia-se construir um projeto coletivo entre esses diversos atores para o desenvolvimento de protocolo mínimo, no sentido de que haja um embasamento para que os bancos e até mesmo os créditos vinculados, possam ter um embasamento sólido para monitoramento de riscos e validação dos projetos. A partir destes princípios o produtor poderia planejar a sua unidade produtiva. Os indicadores de serviços ambientais, na verdade, serviriam assim não apenas para remuneração direta por serviços, mas também para facilitação de créditos, planejamento pelo produtor, etc.

2. Implementação pelos agentes financeiros de uma política de crédito que permite ao produtor adotar arranjos espaciais e temporais mais flexíveis, e que haja uma abertura com relação ao uso de insumos - , Ligado aos princípios, serviços e produtos definidos mediante projetos amparados no protocolo acima descrito. Ou seja, o protocolo serviria para que o produtor estivesse muito mais próximo do técnico que prepare o seu projeto, não ficando a mercê deste.

3. Expansão do PróAmbiente para outros biomas - Embora este seja uma idéia dos formuladores do programa, não se sabe muito bem como vai transcorrer. Existem formas diferenciadas de créditos para SAFs por meio do reconhecimento de seus serviços ambientais que podem se constituir numa via para sustentabilidade destes sistemas. Embora o crédito constitua num gargalo, os serviços ambientais e o reconhecimento destes podem servir para que se viabilize estes sistemas e eles possam se multiplicar.

4. Interlocução entre pesquisa, extensão e produtores rurais visando difundir conhecimentos. Existem muitos dados produzidos sobre SAFs inclusive sobre indicadores ambientais e serviços ambientais mas que estão em linguagem pouco acessível devido a pequena interatividade entre os setores de pesquisa, extensão e produtores. , É necessário que haja uma interlocução muito maior linguagem acessível, tanto para os técnicos que elaboram projetos quanto aos produtores que utilizam o crédito. É necessário que esta linguagem se flexibilize no processo da criação deste protocolo e da leitura das experiências que são obtidas.

ENCAMINHAMENTOS

Propõe-se a constituição de uma rede para elaboração de um protocolo, unindo pesquisa, ONGs, produtores, ATER e ministérios, partindo-se de experiências já existentes. Pretende-se promover o encontro de pessoas de cada setor para que se comece a consolidar um projeto único que pode ocorrer nas diversas regiões do país, utilizando uma metodologia acordada entre esses atores e que se possa construir em um ou dois anos um protocolo mínimo de indicadores ou princípios. Numa segunda etapa, propõe-se uma gestão junto a agentes financiadores para adoção deste protocolo, com garantia técnica e financeira para operação de créditos para SAFs. É necessário que seja inserido o MDA neste processo, para que haja uma consideração e respaldo na política nacional da ATER pública, envolvendo-a também dentro desta proposta de encaminhamento diferenciado tanto do crédito quanto da análise, e da orientação quanto à utilização destes princípios.



Rede Brasileira Agroflorestal – REBRAF

Rui Rocha – FlorestaViva: É essencial que a gestão destes protocolos, e essas formas de financiamento para SAFs, busquem a lógica da simplicidade, evitando ao máximo complicar e burocratizar.